



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA – 2/6/2017

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, reuniram-se os membros da Comissão Mista, com a finalidade de realizar audiência pública, em atenção ao disposto no inciso I do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e ao artigo 44 do Estatuto da Cidade, tendo por objetivo, a explanação do Projeto de Lei nº 43/2017, Protocolo Geral nº 2601/2017, de autoria do Executivo Municipal, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências.”. Presentes os seguintes membros da Comissão Mista: Vereador Ary de Oliveira, Presidente, Representante do PSDB; Vereador Reginaldo Burguês, Vice-Presidente, Líder do PSD; Vereador Eliezer Mendes, Líder do PODE; Vereador Joilson S. de Carvalho – Líder do PT; Vereador Martins Martins, Líder do PHS; Vereador Bispo João Batista, Líder do PRB e Vereador Ramon Ramos, Líder do PDT. Presentes, ainda, os Vereadores Pery Cartola, Jorge Araújo, Lia Duarte, Samuel Alves, Tião Mateus e Pastor Zezinho Soares. O Executivo Municipal esteve representado pelas seguintes pessoas: Luiz Mario Pereira de Souza Gomes, Procurador-Geral do Município; Júlia Benício, Secretária de Governo; Renato Canhizares Talalas, Auditor Fiscal de Rendas Municipais da Secretaria de Finanças; Hiroyuki Minami, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; Matias José de Sousa, Diretor do Departamento do Tesouro; Zilda M. Romero, Gerente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Agnes Mello Farias Ferrari, Diretora-Geral do Complexo Hospitalar (Secretaria de Saúde); Fabiana Rodrigues Martins, Diretora do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças; Fabiano A. de Oliveira, Administrador da Secretaria de Finanças; Ronaldo Bocch, Consultor da Secretaria de Finanças; Geraldo Reple Sobrinho, Secretário de Saúde; Moisés Pais dos Santos, Economista da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Cristiano Liberato, Auxiliar de Compra da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; José Luiz Barbosa de Barros, Diretor da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Mario Cesar Orsolan, Secretário-Adjunto da Secretaria de Serviços Urbanos; José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Ademir Silvestre da Costa, Presidente da Empresa de Transportes Coletivos de São Bernardo do Campo; Rogéria Leite Soares Gomes, Diretora de Contabilidade e Controladoria da Secretaria de Finanças; Tatiana Moncayo Martins Rebutti, Chefe da Seção de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; José Nivaldo Amaral, Diretor de Orçamento da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Cecilia Lorena Viana Gomes, Encarregada de Serviço da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Luis Fernando Passarin, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Alcir Dirani, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo; Suzana Aparecida Dechechi Oliveira, Secretária de Educação; Eloá Guerini Flores, Diretora - Secretaria da Educação; Nueli Olinda Quirino de Souza Venturini, Diretora - Secretaria de Educação; Marisa R. dos Santos, Consultora da Secretaria de Educação; Karina Zoratti, Agente Técnico de Obras da Secretaria de Serviços Urbanos; Mirian Paz Martinez, Chefe de Seção da Secretaria de Transportes e Vias Públicas; Delson José Amador, Secretário de Transportes e Vias Públicas; Luiz Antonio Simões



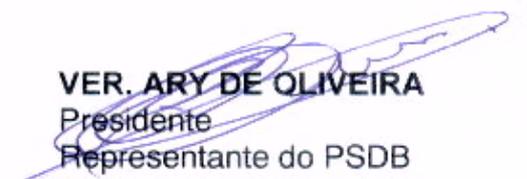
## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Gobbo, Apoio Técnico da Secretaria de Transportes e Vias Públicas; Mary A. Y. Campanha, Chefe de Divisão da Secretaria de Educação; Ilka Baracho, Chefe de Seção da Secretaria de Educação; Marcelo Gama dos Reis, Diretor de Departamento da Secretaria de Educação; Ana Letícia M. Nunes, Assistente Técnica Prog. Tributária da Secretaria de Finanças; Francisco Eustáquio da Silva, Diretor Administrativo da Empresa de Transportes Coletivos de São Bernardo do Campo; Zimma F. Nascimento Filho, Diretor Operacional da Empresa de Transportes Coletivos de São Bernardo do Campo; Marcos Galante Vial, Diretor Superintendente da SBCPrev; Rodrigo Martins da Silva, Assistente Técnico de Projetos da Secretaria de Finanças; Luiz Carlos Gonçalves da Silva, Superintendente do IMASF; José Ernesto Lopes Ortega, Chefe da Seção de Contabilidade do IMASF; Rafael Pascoal, Secretário do Secretário da Secretaria de Habitação; Frida Waidergorn, Secretária-Adjunta da Secretaria de Habitação; Carlos Alberto Garcia, Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Pedro Antonio Aguiar Pinheiro, Secretário de Administração e Modernização Administrativa; Luis Pires de Paula, Diretor Superintendente do Rotativo São Bernardo; Carlos Alberto dos Santos, Secretário de Segurança Urbana; Maurício Soares, Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania; Adhemar Moura Flores, Secretário-Adjunto da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Marco Antonio B. Pacheco, Assessor da Secretaria de Saúde; Maria de Fátima Oliveira, Gerente da Secretaria de Saúde; Marilizer Henrique Coelho Rocha, Diretora do Departamento Especializado da Secretaria de Saúde; Heloísa M. Calderon Nascimento, Diretora do Departamento de Administração da Secretaria de Saúde; Sandra Rodrigues Fernandes, Assistente Técnico-Administrativo da Secretaria de Habitação; Maria Lucia B. S. Oliveira, Analista de Processos da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Marcelo Augusto A. Galhardo, Diretor de RH da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Marluvia C. Santos, Bilheteira da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; Maurício Miranda, Assistente de Diretoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; Eunice de Cássia Santos Pereira, Diretora da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Carlos Takeo Ishikawa, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Luciano Eber Nunes Pereira, Secretário de Planejamento Urbano e Obras; Edson Barbosa Sobrinho, Diretor Previdenciário da SBCPrev; Antonio Gilmar Giraldim, Diretor Administrativo e Financeiro da SBCPrev; Henrique Aparecido Vicente, Contador da SBCPrev; Humberto Rodrigues da Silva, Diretor Presidente da Agência Reguladora de Saneamento de São Bernardo do Campo; Marcia Gotti Messias, Assessora Jurídica da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania; Vagner M. Rocha, Oficial Administrativo da Fundação Criança; José Roberto Gil Fonseca, Secretário-Adjunto da Secretaria de Assuntos Jurídicos; Mario Henrique de Abreu, Secretário de Gestão Ambiental; Amanda P. Tavares, Assessora da Secretaria de Saúde; Neusa Maria Sacchi, Secretária-Adjunta da Secretaria de Finanças; Alex Mognon, Secretário de Esporte e Lazer; Francisco Norberto S. R. Moraes, Gerente de Orçamento da Secretaria de Segurança Urbana; Edson Massamori Nakazone, Diretor da Secretaria de Saúde; Stefanos Paraskevas Lazarou, Diretor da Secretaria de Saúde; Rodolfo Strufaldi, Diretor da Secretaria de Saúde; Milton Andrade, Chefe de Contabilidade da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Rosana Moraes Nogueira, Encarregada de Serviços da Secretaria de Comunicação e Thais de Oliveira Santiago Marsicano, Secretária de Comunicação. Presente, o Sr. Daniel Virgílio

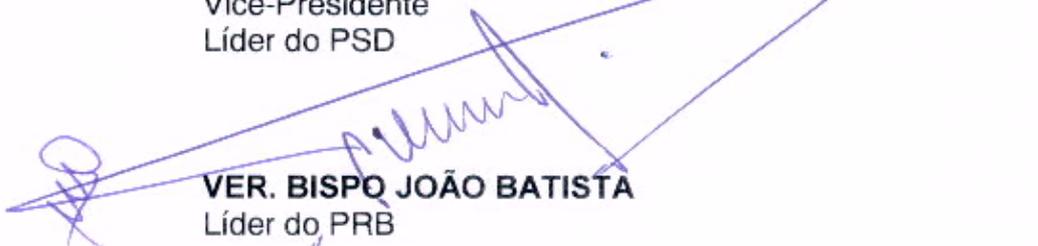


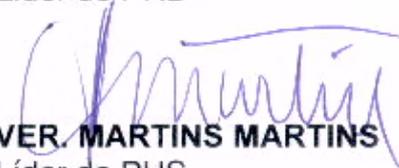
## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Lúcio, Representante Comercial. O Presidente da Comissão Mista, Vereador Ary de Oliveira, deu início aos trabalhos, esclarecendo que a finalidade da presente audiência é a de que os técnicos do Executivo Municipal promovam o detalhamento do projeto de lei supramencionado. Que a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo fez publicar no Jornal "Notícias do Município", edição do dia 26 de maio deste ano, comunicado convidando o público a participar da audiência, bem como disponibilizou referido comunicado no site deste Poder Legislativo Municipal (cópias anexas nos autos). Antes de compor a mesa dos trabalhos, informou que, após a explicitação do projeto, abrirá a palavra para os Vereadores presentes, para que procedam às perguntas e/ou sugestões que se fizerem necessárias e, que após as respostas dos representantes do Executivo Municipal, serão respondidas também as perguntas feitas por escrito pelo público representante da sociedade civil presente. Em seguida, solicitou as presenças do Sr. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; do Sr. José Nivaldo Cardoso do Amaral, Diretor do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento, e da Sra. Tatiana Moncayo Martins Rebucci, Chefe de Seção de Orçamento e Apropriação, para comporem a mesa dos trabalhos. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Comissão Mista passou a palavra ao Sr. José Luiz Gavinelli, para sua exposição. Após o detalhamento do projeto, o Sr. Presidente passou a palavra aos Vereadores para que fizessem seus questionamentos, que foram esclarecidos pelos técnicos do Executivo Municipal presentes à audiência. Feitos os pronunciamentos, o Sr. Presidente determinou que as notas taquigráficas que registraram a audiência, os quadros demonstrativos elaborados pelos técnicos do Poder Executivo e as listas de presença integrassem a presente ata. Após os agradecimentos, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos às dez horas e cinquenta minutos, determinando a lavratura da presente ata, a qual vai assinada por quem de direito. .x.x.x.x.x.

  
**VER. ARY DE OLIVEIRA**  
Presidente  
Representante do PSDB

  
**VER. REGINALDO BURGUÊS**  
Vice-Presidente  
Líder do PSD

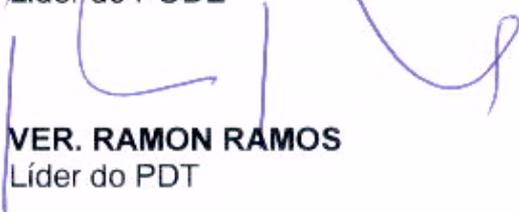
  
**VER. BISPO JOÃO BATISTA**  
Líder do PRB

  
**VER. MARTINS MARTINS**  
Líder do PHS



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

  
**VER. ELIEZER MENDES**  
Líder do PODE

  
**VER. RAMON RAMOS**  
Líder do PDT

  
**VER. JOILSON S. CARVALHO**  
Líder do PT



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

### NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA PROJETO DE LEI Nº 43/2017 – PROTOCOLO GERAL Nº 2601/2017, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2017.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Bom dia. Agradeço a presença de cada um. Vamos dar início à audiência da Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, para tratar do Projeto de Lei nº 43/2017 – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências.

A audiência desta data visa assegurar a transparência na gestão orçamentária, conforme dispõe o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 44 do Estatuto da Cidade.

A Comissão Mista da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo é constituída pelos seguintes Vereadores.

Vereador Ary de Oliveira, representante do PSDB, Presidente, Vereador Reginaldo Burguês, líder do PSD, Vice-Presidente, Vereador Joilson Santos Carvalho, líder do PT, Vereador Índio, líder do PR, Vereador Gordo da Adega - Josias Paz, líder do PCdoB, Vereador Ramon Ramos, líder do PDT, Vereador Aurélio, líder do PTB, Vereador Bispo João Batista, líder do PRB, Vereador Martins Martins, líder do PHS, Vereador Eliezer Mendes, líder do PODE, Vereador Dr. Manuel, líder do PPs, Vereador Fran Silva, líder do SD, Vereador Mauro Miaguti, líder do DEM,

Informamos que a Câmara fez publicar no Jornal Notícias do Município, edição do dia 26 de maio de 2017, comunicado convidando o público a participar desta audiência, nos seguintes termos:

“A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, por meio da Comissão Mista, convida o público para participar de audiência pública a ser realizada no Plenário da Câmara, no dia 2 de junho de 2017, às 9h, referente ao Projeto de Lei nº 43/2016, que ‘dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências’. Vereador Ary de Oliveira, Presidente da Comissão Mista.”

Informamos, ainda, que disponibilizamos o convite em nossa página da internet.

Neste momento, faremos a composição da Mesa dos trabalhos, para tanto convidamos os seguintes representantes do Poder Executivo Municipal: Sr. José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Sr. José Nivaldo Cardoso do Amaral, Diretor do Departamento de Planejamento Estratégico e Orçamento; e a Sra. Tatiana Moncayo Martins Rebucci, Chefe de Seção de Orçamento e Apropriação.

Destacamos a presença dos Vereadores Bispo João Batista, Martins Martins, Pr. Zezinho Soares e Joilson Santos Carvalho.

Declarando abertos os trabalhos, informamos que, após a explicação do projeto pelo representante do Poder Executivo Municipal, esta Presidência passará a palavra aos Vereadores. Logo em seguida, a população aqui presente poderá formular perguntas e/ou sugestões por escrito, por meio de formulário próprio fornecido pelos funcionários desta Câmara Municipal presentes nesta audiência.

Em seguida, passo a palavra aos técnicos do Poder Executivo Municipal aqui presentes para a exposição do projeto.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Bom dia. Inicialmente gostaria de cumprimentar o nosso Presidente da Comissão Mista, Vereador Ary de Oliveira, em seu nome cumprimentar os demais membros da Comissão e os Vereadores presentes, cumprimentar a nossa Secretária Júlia Benício, e em seu nome cumprimentar os demais Secretários e Superintendentes presentes, cumprimentar também a equipe da Secretaria de Finanças que se encontra nesta audiência para dar todo apoio que for necessário, e finalmente cumprimentar os munícipes presentes.

Esta audiência, como foi dita pelo Presidente da Comissão, foi através de uma convocação, e ela tem como objetivo discutir com os Vereadores e com a população o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 que se encontra nesta Casa para fins de votação.

Ressaltamos que esta já é a segunda audiência que estamos realizando. No último dia 20 de abril, neste mesmo plenário, foi realizada uma audiência aberta à população em atendimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A elaboração da LDO, a base legal é a Constituição Federal, no seu art. 165, a Lei Complementar 101, em seu art. 4º, e a Portaria do STN 403, de 28 de junho de 2016.

O ciclo orçamentário na Administração Pública praticamente envolve três leis. Ele envolve o Plano Plurianual, que o Município já iniciou os trabalhos da sua elaboração, envolvendo o exercício de 2018 a 2021, a LDO, que é o projeto de lei que se encontra nesta Casa para fins de apreciação, e finalmente a LOA, que vai entrar em fase de elaboração, para o exercício de 2018.

Aqui eu observo que o Prefeito Orlando Morando, uns dias atrás, lançou o programa Governar com Você, que tem como objetivo colher da população todas as demandas e prioridades, objetivando implementá-las no Plano Plurianual de Investimentos e também na Lei Orçamentária Anual. Essa votação já iniciou, tanto através do site como nos postos de atendimento aos munícipes, e ela vai até 30 de junho deste exercício, e havendo a conclusão o Prefeito também comunicou que vai haver uma nova audiência para apresentar os resultados obtidos nesse programa Governar com Você.

Agora já abrindo um pouco mais sobre os dados da LDO, neste quadro nós fazemos uma comparação entre o Orçamento atual, 2017, que foi elaborado em termos de valores da Administração Direta com R\$4,7 bilhões, recursos do Tesouro R\$2,8 bilhões, recursos vinculados mais R\$1,9 bilhão, mais a Administração Indireta, totalizando R\$5,311 bilhões.

Já a LDO nós estamos estimando um valor de R\$5,415 bilhões, um pequeno acréscimo. E o que é esse acréscimo, qual a nossa justificativa? Até porque nós somos muito críticos com relação à atual lei orçamentária, que ela está superestimada, uma vez que a nossa receita não deve chegar a R\$3,3 bilhões? Nesta LDO para 2018 nós estamos prevendo alterações da Lei Complementar 157, que vai haver um incremento de arrecadação.

Estamos prevendo um aumento da produtividade no nosso setor de arrecadação e no setor de lançamento, também pretendemos implementar ferramentas de combate à sonegação fiscal e à inadimplência, estamos estudando, e deve ser também apresentada pelo Prefeito uma lei de incentivos fiscais onde se pretende trazer novos investimentos para o município e automaticamente o crescimento na arrecadação, e, por final, a questão da economia que se estima que haja uma reação, a gente já sente uma pequena reação, e que para o próximo exercício um PIB de 2,5%. Então, isso deve impactar também na nossa arrecadação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Nesse gráfico, na sequência, são os parâmetros que foram utilizados, então nós temos um PIB para 2018 de 2,3%, um IPCA de 4,5%, e esses foram os parâmetros utilizados nesta lei de diretrizes.

Aí são os parâmetros atuais, e aqui a composição da receita. Então, a nossa receita tributária deverá estar em torno de R\$1,6 bilhão, transferências correntes também R\$1,6 bilhão, outras receitas correntes R\$573 milhões, e receita de capital, que basicamente são as operações de crédito, R\$1,059, totalizando o Orçamento da Administração Direta de R\$4,866 bilhões.

Aqui é só um gráfico para demonstrar a importância e a relevância de cada item de receita, onde em azul é a receita tributária, receita própria, onde representa 33% do nosso Orçamento, seguido de transferências correntes, e nesse item se encontra o ICMS, que corresponde a outros 34%, e finalmente receitas de contribuições, que dentro, são as outras receitas na área de receitas correntes, e finalmente, em verde, as operações de crédito, que são expectativas dos saldos das operações de crédito que o Município assinou e outras que deve estar assinando, em relação, principalmente, ao CAF.

Esse relatório é extenso, mas ele procura demonstrar o financiamento da Administração Direta por função e por fonte. Então, na verdade, dos R\$4,491 bilhões que seria o total do Orçamento menos as transferências nós temos R\$2,723 bilhões que são recursos do Tesouro, que é recurso do Município. Nós temos transferências do Estado R\$358 milhões, Fundos R\$68 milhões, transferências da União R\$769 milhões, parcerias R\$6,580 milhões e operações de crédito R\$565 milhões, totalizando R\$4,491 bilhões.

Nós já comentamos sobre essa composição do índice de ICMS, mas é sempre importante estar frisando e reafirmando como se compõe o cálculo do índice de ICMS que vem para o Município. Então, existe uma legislação onde 76% do cálculo é com base no valor adicionado, ou seja, na produção que ocorre dentro do município, outros 13% é com base na população, 5% com relação à receita tributária própria, então aí também é uma sinalização de que o Município tem de manter uma arrecadação própria forte porque ela tem impacto também no ICMS, a área cultivada 3%, área inundada 0,5%, área de preservação 0,2% e tem 2% que é distribuído para todos os municípios, na verdade. Então, isso compõe o cálculo do índice de ICMS.

Também falei neste mesmo auditório que o índice de ICMS vem caindo nos últimos anos. O último ano que está projetado, para 2016, que é R\$2,31 bilhões, é esse que vai ser aplicado no próximo ano. É o menor índice de ICMS da história de São Bernardo.

O que a gente aposta? A gente aposta no crescimento da arrecadação, a gente aposta no aquecimento da demanda. Por isso que o nosso Orçamento, na verdade, em termos de ICMS, está se mantendo, o mesmo valor previsto para 2017 está se mantendo em 2018 mesmo com uma queda no índice.

Aqui a gente já vai para a Administração Indireta. Esse é o orçamento das autarquias e fundações. A SBCPrev tinha um orçamento de R\$346 milhões, a previsão para 2018 é de R\$351,147 milhões. O Imasf, que é o Instituto que cuida da nossa assistência médica, de R\$150 milhões em 2017 uma previsão de R\$140,475 milhões para 2018. Faculdade de Direito, de R\$34,744 milhões em 2017 para R\$37,033 milhões. Fundação Criança, R\$12,3 milhões em 2017 para R\$12,5 milhões em 2018. Rotativo, R\$8,040 milhões para R\$7,210 milhões em 2018. E a Agência, que na verdade não rem receita própria, só transferência do Município,



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

totalizando, portanto, um orçamento da Administração Indireta de R\$548,365 milhões.

Esse quadro só demonstra a composição das despesas da Administração Indireta em termos de despesa corrente de capital. Despesas para 2018, correntes, da ordem de R\$2,8 bilhões, despesas de capital, que seriam investimentos, R\$1,6 bilhão, para reserva de contingência R\$10 milhões, e assim sucessivamente nos outros exercícios.

Na sequência a gente vai poder detalhar um pouquinho essas grandes despesas do Tesouro. Nós temos o total das despesas programadas do Tesouro, que são R\$3,1 bilhões, o maior item do Orçamento é a folha de pagamento, que corresponde a 24,1% do total do Orçamento, seguido das transferências financeiras, e aí as transferências financeiras, na parte à direita nós demonstramos, SBCPrev R\$273 milhões, Câmara R\$77,5 milhões, ETC R\$11,3 milhões, Fundação Criança R\$12,5 milhões, e Agência Reguladora R\$1 milhão.

Na sequência nós temos amortização da dívida, e como eu tenho dito, isso cresceu, e cresceu muito nos últimos anos. Em termos de amortização, R\$128,6 milhões, que corresponde a quase 5%, 4,2% do Orçamento, e 3,3% de juros. Somando os dois nós temos aproximadamente 8% com amortização da dívida fundada, seguido de Pasep e precatórios, que é um valor pequeno, isso nós vamos demonstrar, ele está totalmente em dia e estamos pagando mensalmente os valores.

Investimentos, R\$550 milhões, aproximadamente 17,8%, e finalmente o custeio das unidades, que são as demais despesas, com 36,2% compondo os R\$3,1 bilhões que são as despesas do Tesouro, recurso próprio, fonte 01.

De novo, em termos gráficos, o peso de cada despesa dentro do Orçamento. Então, folha de pagamento, na verdade o primeiro é o custeio, com R\$1,1 bilhão, depois a folha de pagamento, com R\$747 milhões, seguido de investimentos, de R\$550 milhões e os demais itens, transferências financeiras, que também é bem significativo, que é na ordem de R\$375 milhões.

Aqui, para ter uma ideia em termos de função de governo, o gasto, a distribuição do Orçamento para 2018, o que está previsto na LDO. Nós temos a saúde com uma participação de 23%, e aí incluso todas as fontes, seguido de educação, com 20,9%, transporte, com 24%, aqui principalmente em decorrência dos financiamentos das obras que estão em execução no município, seguido por urbanismo, 9,2% e habitação com 6% e as demais funções de governo da Administração que têm um impacto melhor, totalizando R\$4,405 bilhões.

Aqui novamente é de forma gráfica, para sentir o peso, transporte com R\$1,089 bilhão, educação com R\$938 milhões, saúde com R\$1,038 bilhão, urbanismo, e as demais Secretarias com valores menores.

Aqui é importante, quando a gente fala de investimento, o que de fato o Município tem condição de investir com recurso próprio. Então, de R\$1,5 bilhão que está se prevendo com investimentos no Orçamento, somente R\$550 milhões é recurso do Tesouro. O restante é recurso que vem ou do Estado ou de fundos ou do orçamento da União ou empréstimos.

Então, na verdade, somente 11% do Orçamento seria um número possível de realização com recursos do Tesouro, ou seja, o Município só consegue investir 11% do seu Orçamento.

Despesa de pessoal, nós fazemos uma demonstração dos gastos de 2016, 2017 e a previsão para 2018, e vocês vão perceber uma queda em 2018, mas essa queda é em decorrência, porque aqui a gente está falando sobre percentual sobre a receita e



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

não sobre a Receita Corrente Líquida. Então, sobre essa receita nós temos uma previsão de R\$400 milhões, que é a concessão do transporte coletivo, então automaticamente o índice de participação acaba reduzindo e por isso que tem essa queda. Mais para frente vou passar para vocês o comprometimento de pessoal com relação à Receita Corrente Líquida, que são os 28,63%.

Aqui, por Secretaria, também fizemos o demonstrativo para demonstrar o peso de cada Secretaria dentro do Orçamento, onde as mais significativas nós temos a Secretaria de Serviços Urbanos, com R\$328,662 milhões, Educação, com R\$332 milhões, Secretaria da Saúde, já com o fundo de saúde, R\$928 milhões, a Secretaria de Habitação, R\$263 milhões, na sequência a Secretaria de Transportes, de novo ressaltando um bom volume se refere aos financiamentos, aos empréstimos, a Secretaria de Administração, que dentro está a folha de pagamento e os encargos, e finalmente os encargos gerais do Município, onde totaliza um Orçamento de R\$4,866 bilhões.

Aqui é um demonstrativo da expectativa dos investimentos na área de educação. Então, o nosso cálculo, em cima da LDO, é que se gaste em 2018 26,67%, quando o mínimo obrigatório é em torno de 25%, o que, portanto, a gente estaria atingindo a legislação.

Nós elencamos alguns itens principais, lembrando que a Lei de Diretrizes, são diretrizes gerais, ainda não é a programação orçamentária, ainda não é a destinação de recursos, mas existem algumas expectativas.

Merenda escolar, R\$88,1 milhões, sendo que desses R\$88 milhões estimados R\$35,7 milhões são recursos do Tesouro e R\$52,3 milhões são recursos da União. Aquisição de uniformes e mochilas, R\$17,9 milhões, isso tudo recurso do Tesouro, fonte 01. Convênios e parcerias, R\$33 milhões, e aí a expectativa são convênios e parcerias com 170 APMs, 25 creches e uma entidade conveniada. Transporte escolar, uma estimativa em torno de R\$43 milhões, R\$42,8 milhões, que é a nossa estimativa.

Na sequência, a expectativa dos gastos com saúde, onde a aplicação obrigatória seria de 15% e estimamos um gasto de 22,3%, portanto, acima da aplicação obrigatória.

Também relacionamos alguns principais itens na área de saúde, que estão sinalizados, a questão de manutenção dos hospitais, aproximadamente R\$384 milhões, sendo que desses R\$384 milhões, R\$183 milhões são recursos da fonte 01, recursos próprios, e recursos da União R\$200,271 milhões.

Outros serviços da área de saúde: apoio gerencial; atenção básica; atenção especializada; farmácia popular; medicamentos; modernização da saúde, que é um recurso do BID; urgência e emergência; vigilância; Pessoal; Dívida; Precatórios e Encargos, totalizando para 2018 um valor de R\$652 milhões, sendo R\$381 milhões recurso do Tesouro e R\$270 milhões recurso vinculado.

Na área de Serviços Urbanos elencamos também os principais itens que foram apontados: manutenção de parques, praças e áreas verdes: R\$8,7 milhões. Revitalização e ampliação de praças, parques e áreas verdes: R\$1,2 milhões. Conservação das vias e logradouros: R\$28 milhões: R\$15 milhões para o plano de revitalização de vias e R\$13,1 milhões para demais ações de manutenção de vias (tapa buraco, locação de máquinas e caminhões.)

Ainda com relação a Serviços Urbanos a questão do lixo, estima-se ainda um valor de R\$150 milhões para 2018 e R\$6,9 milhões, que é coleta dos resíduos do serviço da saúde.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Na área de drenagem, ainda em Serviços Urbanos: canalização de córregos e obras complementares R\$100 milhões, sendo R\$28,4 milhões recursos do Tesouro. E aí uma tabelinha, onde tem o Centro Jurubatuba (Centro Seco) que estimam-se R\$22,693 milhões do Tesouro; R\$500 milhões do Estado; R\$500 milhões da União e mais R\$55,5 milhões de operações de crédito, totalizando ainda um gasto necessário da ordem de R\$79 milhões para as obras do Centro Seco.

Saracantan – Fase II, recursos do Tesouro, R\$750 mil, R\$15 milhões para operações de crédito, totalizando R\$15,750 milhões.

Finalmente, obras de micro e macrodrenagem, R\$5 milhões do Tesouro, R\$100 mil da União e operações de crédito R\$100 mil, totalizando R\$5,200 milhões.

Transportes e Vias Públicas, o total seria R\$546 milhões de recursos do Tesouro. Os principais itens, R\$56,5 milhões para sinalização e fiscalização do trânsito. Gratuidade: R\$42 milhões. Sistema integrado de monitoramento e comunicação: R\$2,9 milhões.

Aqui elencamos as principais obras da Secretaria de Transportes. Basicamente, todas elas através de recursos de financiamento, neste caso do BID. Transporte urbano, estudo de mobilidade – BID Etapa II; reorganização da gestão de transporte; programa de transporte urbano: Castelo Branco; São Pedro; Rotary; Galvão Bueno; Terminal Batistini; João Firmino; Rudge Ramos e o Terminal Alves Dias – Rudge Ramos, fica na Castelo Branco. Todos eles recursos do Tesouro, na ordem de R\$22,296 milhões e recursos do BID, da ordem de R\$120,330 milhões, totalizando R\$142,626 milhões.

Ainda na Secretaria de Transportes, a implantação dos corredores de ônibus, aí já uma boa parte recursos do Tesouro. É o que falei, na verdade, assim, basicamente 70% dos recursos de financiamento da Caixa Econômica Federal já foram utilizados pela administração passada, então, de aproximadamente R\$1 bilhão que foi recebido pelo município, R\$700 milhões já foram investidos nas obras. E o que sobrou para esta administração foi na verdade basicamente a contrapartida, então, temos R\$45,800 milhões de recursos do Tesouro, R\$50 milhões recursos da Caixa e Fundo de Garantia e uma expectativa de uma operação de crédito, que está em tramitação no governo federal, agora ela se encontra na Secretaria do Tesouro Nacional, que é uma operação com a CAF, que vai auxiliar na contrapartida dessas obras. E neste caso, R\$123 milhões é nossa expectativa. E transferências do Orçamento Geral da União, na ordem de R\$16 milhões, totalizando somente nessas obras dos corredores R\$234,800 milhões.

Aqui é só uma questão também que faz parte da LDO, que é solicitação do percentual para suplementação. Então, aqui uma retrospectiva, o que tem sido aprovado nesta casa: em 2011 foi aprovado 30%, até 2017, em todos estes anos o número foi de 30%. E na verdade não tivemos nenhum problema com relação ao Tribunal de Contas, é porque isso foi aventado num parecer, então, não houve nenhuma conta que foi desaprovada em virtude de “E se estabelecido esse percentual no Orçamento.”

Com relação à Previdência temos um Orçamento de R\$641,549 milhões. Desses R\$641 milhões, basicamente a contribuição dos servidores corresponde a 11,6%, R\$74 milhões. Contribuição patronal do município, que é da ordem de 22%, corresponde a 20% deste Orçamento. Fundo de reserva técnica, R\$25,760 milhões. Comprev, que é aquela compensação que é feita junto ao governo federal do regime do INSS, então, retorna ao município R\$67,610 milhões. A dívida, que são dívidas de parcelamento do próprio município, R\$17,084 milhões. Receitas patrimoniais, que



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

são aplicações financeiras, R\$28,180 milhões, está representando aí mais de 4% da receita da SBCPREV. Outras receitas.

E, finalmente, as transferências que são feitas pelos empregadores, no caso a prefeitura, R\$273 milhões; IMASF R\$5 milhões; Faculdade de Direito R\$4 milhões e Câmara R\$8,185 milhões, totalizando um Orçamento do SBCPREV de R\$641,549 milhões.

Aqui também já comentamos neste Plenário, a evolução da dívida fundada, que em 31 de dezembro era um saldo de R\$283 milhões e hoje esse saldo, pelo menos em 2016 foi apurado R\$1,181 bilhões e para 2017, R\$1,558 bilhões. Ou seja, quase seis vezes um endividamento que havia lá em 2008.

Aqui são metas anuais, são as nossas receitas e despesas primárias, onde calculamos aí o resultado primário, que é um número na verdade que se tem que ter para fins de cálculo de endividamento.

As metas fiscais, que também é com relação ao resultado primário, então, temos a receita total de 2016, tanto a prevista de 2016 quanto a em azul, que é a realizada. Então, sempre estamos tendo uma queda em relação à prevista. Então, tanto na questão do Orçamento, que vocês veem aí que teve uma queda grande, também na receita primária automaticamente houve uma contenção na despesa.

Alguns programas que elencamos da Administração Indireta: Câmara Municipal tem um Orçamento de R\$77,500 milhões, onde tem operações especiais; ação legislativa R\$69 milhões e transferência financeira SBCPREV.

O Instituto de Previdência com um Orçamento de R\$641,549 milhões. E aí detalhamos gestão de compromissos judiciais e administrativos e gestão da própria Previdência, R\$535,972 milhões. E a reserva atuarial na ordem de R\$103,326 milhões.

Faculdade de Direito: operações especiais, R\$3 mil, e a gestão da Faculdade de Direito, R\$32,941 milhões. É importante, que isso são grandes programas que vão estar detalhados na verdade na Lei de Orçamento, então, aqui são só sinalizações.

Instituto Municipal de Previdência, R\$135,465 milhões. Desse valor, R\$9,660 milhões de administração geral e R\$117,539 milhões é assistência médico-hospitalar. Medicação, a farmácia na verdade, que é comercialização de medicamentos, R\$7,810 milhões.

A ETC, Empresa de Transporte, de um Orçamento de R\$11,300 milhões, R\$6,400 milhões operações especiais. E apoio administrativo, R\$4,895 milhões.

Fundação Criança R\$25 milhões. E basicamente o dinheiro todo é utilizado na proteção social básica e especial da criança e do adolescente.

Rotativo, um Orçamento e uma arrecadação de R\$7,210 milhões. E desses R\$7,210 milhões, basicamente R\$7,110 milhões é operação do Rotativo.

Agência reguladora R\$1 milhão. E ela gasta basicamente na fiscalização do sistema de transporte, R\$1 milhão. Total da Administração Indireta: R\$923,783 milhões. Total geral do Orçamento da LDO para 2018: R\$5.415.319 bilhões.

Era isso que queríamos apresentar a vocês. Esse projeto de lei se encontra na íntegra no site da prefeitura <http://www.saobernardo.sp.gov.br/> e pode ser acessado a qualquer momento pela população. Ficamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Agradecemos pela explanação do secretário. Esta Presidência passa a palavra aos nobres Vereadores para que procedam às perguntas que se fizerem necessárias.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Vamos adotar o seguinte critério. Os Vereadores já devem ter as perguntas que farão para cada secretário. Iremos anotando as perguntas, depois o secretário vem e responde todas, porque senão vem um Vereador faz uma pergunta ao secretário tal; outro para outro; depois pergunta àquele outro secretário, fica um vai e vem. Gostaríamos que fossem elaboradas as perguntas para cada secretário. Anotaremos, quando o secretário vier já responde.  
Vereador Tião Mateus.

O SR. TIÃO MATEUS – Bom dia ao meu colega Vereador Ary de Oliveira, que preside esta audiência, cumprimento a Mesa, na pessoa do nosso secretário, técnicos do governo, secretários do governo, cumprimento as companheiras em nome da Júlia, em nome dos companheiros cumprimento o Dr. Maurício, funcionários da casa, colegas Vereadores.

Tenho quatro, cinco perguntas, é muito mais para clarearmos aqui. Uma perspectiva futura de 2018, na verdade o governo tem uma meta de construir muitas creches, pergunto à Secretária de Educação: esse valor colocado para uma perspectiva futura, se vamos cumprir aquela meta de construir aquelas creches? Que hoje temos problemas na cidade ainda de listas de espera e sabemos que é muito difícil cumprir da forma que gostaríamos. Mas estava vendo aqui os números, se esse número vai conseguir fazer com que possamos fazer cumprir aquela meta de construção de creche. Não só construção, mas também ter parcerias com creches particulares.

Vendo aqui na questão da habitação, ainda temos um número muito grande na cidade de pessoas em moradias precárias. Vendo o número aqui também de habitação, pergunto ao Secretário da Habitação: qual é a perspectiva de construção de moradias em parceria com o governo federal e também o governo do estado para São Bernardo? Se têm números de unidades habitacionais, vendo 2018?

Um dos problemas que temos debatido bastante aqui na cidade e aqui tem toda uma preocupação dos colegas Vereadores, é com relação à Previdência. Estamos assistindo um debate em nível nacional, ainda não foi aprovado lá no Congresso Nacional essa reforma e ficou muito claro que os municípios e estados vão acabar fazendo seu papel.

Aqui em São Bernardo sabemos da dificuldade que passa o IMASF. Qual é essa preocupação? É o futuro de quem está trabalhando e de quem já se aposentou. Pergunto ao secretário se a administração municipal tem um plano para sanarmos a dívida da Previdência do IMASF?

Para terminar, vou falar sobre a questão da saúde, me dirigirei ao Dr. Geraldo. Tem um projeto para se construir um hospital de urgência e emergência e é um projeto de parcerias. A contrapartida do município, se conseguiremos junto a esse banco, esses acordos feitos com a Caixa, se conseguiremos transferir, trazer esse recurso para São Bernardo para darmos continuidade a essa obra, que é tão importante aqui do hospital de urgência e emergência. Isso é um pouco do que tinha para falar, Vereador Ary.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, Vereador Tião Mateus.

Destaco também a presença do Vereador Pery Cartola, Presidente da nossa casa, que desde o início da audiência está presente. Com a palavra o Vereador Pery Cartola.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

O SR. PERY CARTOLA – Bom dia a todos e todas. Estava com saudade, Vereador Ary, de subir a esta Tribuna. Bom dia a todos, secretários, em nome do nosso Secretário Minami, ex-Presidente, Vereador e colega que faz muita falta a esta casa, as secretárias e mulheres desta casa, Júlia, Secretária de Governo, e Suzana, nossa Secretária de Educação, funcionários, adjuntos e de outros departamentos e também ao Gavinelli pela explanação.

Venho a esta tribuna não para fazer nenhum tipo de questionamento ou pergunta, mas sim dar os parabéns a todo esse corpo que vem fazendo verdadeiros embates, grandes desafios para tentar colocar a casa em ordem.

Vale a pena lembrar, porque algumas pessoas se esquecem do que aconteceu, mas sou Vereador há pouco tempo e no mandato que se passou tivemos grandes problemas. E costume dizer que a cidade ficou na UTI, sem previsão de alta por um bom tempo.

Todas as semanas aprovávamos empréstimos inacabáveis. Toda semana dávamos ciência a toda população que nosso índice de endividamento não estava sendo respeitado, estava gigantesco. E a cidade, cada dia que se passava assumia compromissos que tínhamos ciência que naquele momento não seriam pagos por aquela gestão.

Mal feitos, erros de gestão, falhas administrativas, o descaso em não ouvir a população, o descaso com o dinheiro público e todos os problemas que apareceram no município, seja na infraestrutura, saúde, educação, habitação, com as obras paradas, com nossos funcionários públicos, com nossa Previdência e assim vai.

Hoje, o discurso de reclamar do passado passou. Porque nós temos que enxergar para frente e consertar os erros que foram cometidos pelos governos anteriores, mas vale a pena ressaltar que, sem o material humano que foi constituído, através do chefe do Poder Executivo, colocando as pessoas no seu melhor lugar, extraíndo o máximo, às vezes, não muito gentil, mas sempre pautando para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Por isso, costume sempre dizer que vocês estão fazendo o possível e às vezes o impossível. E mais do que vir aqui dar os parabéns a vocês e agradecer como cidadão são-bernardense a todos vocês que estão fazendo uma boa gestão. Há falhas? Lógico. Há problemas para resolver? Sim. Ninguém vai ser furto de resolver ou vai virar as costas para o problema; vamos encarar todos os dias os problemas, todas as secretarias vão encarar as dificuldades, assim como fazemos na presidência desta Casa. Mas a sensação de dever cumprido e de estar fazendo o melhor para o município é impagável. É o que eu sinto hoje vendo vocês aqui discutindo temas tão importantes.

Por isso, quero agradecer o empenho de vocês, o empenho do prefeito, e me colocar à disposição como chefe do Poder Legislativo, para todos e qualquer tipo de problema.

Estaremos aqui de braços abertos para fazer o melhor para a Cidade de São Bernardo do Campo. É vale e pena ressaltar o empenho dos Vereadores, o empenho do Ary de Oliveira que vem trabalhar todos os dias depois de cinco mandatos nesta Casa, o empenho do Martins enfermo, que estava com problema de saúde e veio trabalhar, do Jorge Araújo, um grande Vereador novo, mas é um grande aprendiz e vai aprender muito com esta Casa. Se já não é um dos melhores, será. Pastor Zezinho, calmo, comedido, atencioso, aprendo com você cada dia. Nosso amigo Eliezer, parceiro de toda hora e também teve um grande mentor, Lenildo Magdalena. Tião Mateus, que é da oposição, mas faz seus apontamentos,



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

coloca e respeitamos. E ouvimos e aceitamos quando sua colocação é pertinente. A Lia, uma fofa, ajuda a gente, briguenta, batalhadora e sempre está conosco nos momentos mais difíceis. A todo Parlamento, que se mostrou pujante, rápido, eficiente, aprovando os projetos de vocês, com eficácia, rapidez, porque a sociedade precisa.

Meu muito obrigado a todos pelo apoio. A vocês que fazem parte desta Casa, obrigado pela responsabilidade que nos foi concebida. E a todos vocês, secretários, que muitos ficam distantes do Parlamento, pelo dia a dia, o nosso muito obrigado.

Não tive a oportunidade de visitá-los, de conversar com todos, mas a porta desta Casa está aberta a todos vocês. Meu muito obrigado e, se Deus quiser, passaremos aqui e deixaremos um legado de uma cidade muito melhor do que aquela que pegamos no dia 1º de janeiro de 2017. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, Vereador Pery.  
Com a palavra Vereador Joilson Santos Carvalho.

O SR. JOILSON CARVALHO SANTOS – Bom dia a todos. Saudar o Presidente, Ary. O Secretário Gavinelli. Saúdo todos os secretários do governo. Quero parabenizar toda a equipe do governo. E dizer que não sou ovelha negra não, viu? Esqueceu-se de me elogiar. Está desculpado.

Saudar nossa querida Secretária Júlia. Quando cheguei ela perguntou se eu estava bem. Disse: “Estou”. E, como o Pery disse, tenho uma alegria muito grande de vir aqui hoje, a essa tribuna, e participar deste Legislativo, pela primeira vez.

Às vezes, quando saio da minha mesa, o pessoal já fica assim. Eu falo: “Calma, gente”. Acho que temos que pensar na cidade.

Só tenho aqui, Secretário, duas dúvidas. Não sei se é só na minha LDO que está faltando essa informação, no meu rascunho. Mas aqui, referente à Farmácia Popular, temos um item saúde e outro serviço. Tem lá exercício 2015, 2016 e 2017, tem a previsão do valor, dos orçamentos. Em 2018, 2019 e 2020 não consta nada, em saúde e serviços, referente à Farmácia Popular. Até pensei aqui: será que vai acabar com a Farmácia Popular?

Aqui não tem a previsão. Até fiquei preocupado: será que vai acabar com as farmácias? Essa seria uma pergunta.

A outra questão aqui, vi o Secretário falando muito bem, quase todas as obras que estão em andamento, elas são na maioria, o Secretário disse, mais de 90% financiadas. Financiamento do BID, do CAF. Ou seja, de contrapartida de todas essas obras do montante que temos na cidade somente 10% têm que ser do município. Isso, estou questionando.

Uma coisa que o senhor falou, todas essas obras que estão na cidade, toda essa dívida do montante que foi colocado aí, 90% é financiamento. Ou seja, não podemos falar que a cidade está com uma dívida que é da cidade. Tem um financiamento e lógico que vai ter que pagar no futuro. Essa é minha dúvida e queria saber se o senhor pode confirmar.

A outra coisa, não discordando e discordando do meu querido Presidente Pery, que tenho uma admiração muito grande, e já disse a ele aqui, sou Vereador deste mandato, mas acompanhei um pouco a outra gestão e, quando ele falou da saúde da nossa cidade e tudo, não vou entrar na questão política, mas me lembro muito bem dessa cidade quando era governada pelo Prefeito William Dib e depois que o Prefeito Luiz Marinho assumiu, trabalhei muito na campanha do prefeito, não só eu



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

como a cidade e acredito que o prefeito fez um bom mandato, senão não teria feito dois. Como torço muito para o Prefeito Orlando Morando, que faça um bom mandato, que se eleja, que seja governador, que seja presidente, não sei, aquilo que Deus abençoar. A gente tem que pensar na cidade.

Mas me lembro que tínhamos aqui uma saúde muito precária. Naquele tempo era assim. As UBSs todas sucateadas, não tinha médico. Era grave: as filas, tínhamos que ir aos PSs centrais, as reportagens que a gente via. A gente não tinha na cidade nenhuma unidade de pronto-atendimento e hoje temos nove unidades de pronto-atendimento. A única cidade do país que tem nove UPAs e uma cidade como São Bernardo do Campo, com quase um milhão de habitantes.

A gente não tinha em São Bernardo do Campo um Hospital de Clínicas aqui. O que tínhamos aqui eram filas enormes no PS Central. Tínhamos aqui uma saúde defasada. Tínhamos aqui pessoas que morriam nos hospitais. Até nossos PSs eram chamados de açougues. É lógico que durante os oito anos a saúde evoluiu muito, na gestão passada.

A questão da humanização, do atendimento, a gente tinha só o PS Central para o cidadão vir em São Bernardo do Campo. Hoje temos UPA na Vila São Pedro, que é quase outra cidade. Temos UPA na Paulicéia. A gente tem UPA na Região do Assunção, do Alves Dias. Todas as UBSs foram reformadas e ampliadas. Eu lembro que a UBS do Nazaré, do Alves Dias, caía goteira. Hoje, todas foram reformadas e todas foram ampliadas, no governo passado. Não dá para falar que estava tão ruim. É lógico que a crise que a gente passa, o momento que o Prefeito Orlando Morando pegou agora não é o melhor momento do país, mas discordo do que o Presidente disse. Sei que tem muitos problemas hoje para o prefeito pegar, mas tenho certeza de que ele pegou muito melhor do que o Marinho pegou quando pegou depois da gestão William Dib.

É só a gente ir nas UBSs e ver como são bonitas hoje. As nossas UBSs são bonitas, arrumadas. O que falta é ampliarmos a qualidade do serviço, como o prefeito em seu plano de governo falou que iria trazer trezentos novos médicos. Que traga os trezentos novos médicos. É isso que queremos ouvir aqui, que venham os novos médicos. Nada contra. Hoje temos UPAs, temos novos equipamentos na cidade que funcionam vinte e quatro horas. Então, vamos trazer mais médicos, mais enfermeiras. É essa minha torcida aqui e não vou ficar falando mal do prefeito não.

Agora, a gestão passada deixou uma estrutura sim para a cidade, na questão dos corredores que tem aí. Só queria discordar da questão da saúde e torcer para que a equipe de governo faça um bom trabalho para a cidade. Tenho uma admiração muito grande. Que o prefeito possa realizar um bom trabalho.

Quando a gente pensar no povo, a gente vai deixar as questões políticas, partidárias de lado e vamos olhar o que a cidade precisa, olhar com olhos mais humanos.

Tenho recebido do secretário, quando dá, e lógico que sou oposição, tem que pedir que a Júlia libere, mas, dentro do possível, não tenho do que reclamar aqui do atendimento desse governo, pedidos atendidos. E também aqui queria expressar meu agradecimento, viu, Júlia?

Sei que o Pery era Vereador na gestão passada e sei como era o tratamento com ele. Não atendia nada. O Julinho, não atendia nada. E hoje, pelo menos, alguma coisinha ainda eles me atendem. E eu respeito. É minha posição. O Secretário Alex Munhoz, sempre que vou na secretaria, é um secretário muito atencioso com a gente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Então, acho que o Governo Orlando Morando tem que mostrar para as pessoas que existe uma política nova, diferente no olhar as coisas. Tenho uma admiração muito grande pela Secretária Suzana, desde quando era diretora de ensino. E olhem para mim como Vereador, gente. Não olhem pela bandeira. O povo tem que estar acima das coisas partidárias.

Se eu tiver uma postura agressiva, radical, é lógico que vou receber de volta. Mas o Brasil está no que está hoje, nessa porcaria que está, graças aos políticos que temos, que são vingativos, partidários e esquecem do povo. Votam tudo que apresenta lá.

Meu querido líder de Governo Ramon Ramos é sempre atencioso aqui com a gente. A gente tem que começar a ensinar para as pessoas que existe uma política diferente, não é, Secretário? Olhar e ter uma política diferente para nossa cidade. Eu quero ver este Parlamento crescer e quero contribuir, viu, Pery? Mesmo você não me elogiando, já está desculpado, viu? Sei que não foi por maldade. É um ótimo Vereador e o admiro muito.

Esta câmara precisa mudar e inclusive deixar os Vereadores falarem aqui na sessão. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, Vereador Joilson.

Fugindo um pouco ao roteiro, destaco a presença também do Vereador Ramon Ramos. Estamos também com a presença do nosso sempre Prefeito Maurício Soares. Estou no sexto mandato e fiz parte do governo que elaborou a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa. Estamos aqui com a presença também do Vereador Ademir Silvestre, que é Presidente da ETC e foi meu colega no meu primeiro mandato também. E participou dessa elaboração.

Hoje sou o único aqui presente que fiz parte daquele governo. O Vereador Joilson está em seu primeiro mandato, e não querendo polemizar, mas eu me lembrei, ele falando da história das UPAs, de um amigo que trocou três notas de dez e uma de vinte por uma de cinquenta. E falou: "Eu fiquei apenas com uma nota e dei para ele quatro notas", como se tivesse aumentado o valor. Mas o valor era o mesmo, cinquenta reais. Foram construídas nove UPAs, mas não podemos esquecer que o Bairro Paulicéia perdeu seu pronto socorro, que o Bairro do Taboão perdeu seu pronto socorro, que o Silvina perdeu seu pronto socorro, que o Baeta perdeu seu pronto socorro. Na verdade, foi mudado de nome e de prédio, mas a quantidade, se não me falha a memória, até diminuiu. E as UBSs foram reformadas de fato. Estou dizendo isso porque o objetivo aqui hoje é indagar sobre o orçamento atual, sobre a LDO atual, e foi feito esse comentário.

Não estou criticando o Governo Marinho, mesmo porque não leva nada hoje, temos que nos preocupar daqui para frente como Governo Orlando Morando, mas apenas destacando que para quem conheceu todos os governos que passaram por aqui, desde 89, a cidade melhorou muito na saúde sim.

Lembro-me, e o Prefeito Maurício Soares está aqui para testemunhar, que construímos o Hospital HMU, que era referência a nível até mundial, que foi premiado pela UNESCO, pela UNICEF, pela Abrinq, pelo Ministério da Saúde. Inclusive o Prefeito Dib recebeu um prêmio das mãos do Presidente Lula, pela excelência no atendimento na área de maternidade e de aleitamento materno. Era o hospital referência. Esse hospital não existia e foi feito o hospital de cento e cinquenta leitos na época, assim como foram duplicados os leitos do Hospital Anchieta, que eram sessenta e passou para cento e cinquenta; foi trazido o



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

tratamento oncológico para saúde, além de treze UTIs que foram aumentadas, e na verdade, naquela época já foi feito muito mais pela saúde do que o Hospital de Clínicas, que tem duzentos e tantos leitos, e tem metade só funcionando.

Então, foi feito muito mais no passado pela saúde do que no momento, mas foi um avanço também. Houve um avanço no Governo Marinho, mas não que melhorou muito em relação ao que era no passado. Eu conheço a saúde há cinquenta e seis anos, houve uma melhora no atendimento, mas não tão exagerado quanto mencionado pelo nobre Vereador. (Palmas)

Indago se mais algum Vereador tem algum questionamento a fazer.

Com a palavra Vereador Eliezer Mendes.

O SR. ELIEZER MENDES – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Secretário Gavinelli, cumprimentar o presidente da reunião, os nobres Vereadores e Vereadoras. A Lia está ali representando as Vereadoras. Quero cumprimentar em nome dos secretários o sempre Prefeito Maurício Soares.

Estou no meu primeiro mandato como Vereador, porém, como já foi dito aqui, tive a oportunidade de aprender por quase quatro anos com o nobre Vereador Lenildo Magdalena um pouco como funciona e ter a sensibilidade, que ele tinha, uma sensibilidade extraordinária de atender as pessoas.

Quero desde já parabenizar essa equipe de governo, parabenizar o Prefeito Orlando Morando, tendo em vista os desafios que ele encontrou no dia 1º de janeiro. Desafios esses, que teve que tomar decisões agressivas do ponto de vista de economizar, fazer algumas prioridades e dessa forma tem sido até modelo para outras gestões.

Tive a oportunidade essa semana de me encontrar com o Secretário de Governo da Prefeitura de Itapevi, que é comandada pelo nosso partido e ele disse algumas coisas que foram copiadas do Prefeito Orlando Morando, pessoalmente, com relação aos carros oficiais. E a gente fica feliz que nossa cidade esteja sendo modelo e tem outros projetos também, viu, Ramon, nosso líder de governo, que já sabemos que estão sendo copiados por outras cidades também, até fora do nosso Estado.

Mas, trago à memória aqui, viu, Vereador Ary, que minha avó, no dia dezoito desse mês, para quem é cristão, fala que ela descansou no senhor, Tião Mateus, mas, quem não é, infelizmente, ela veio a falecer.

Mas, o que é importante de se notar, Vereador Joilson, era que ela tinha um crédito na Coop de quase vinte anos, naquela Coop do Alvarenga, e todo mês ela ia lá e fazia suas comprinhas. Na última oportunidade, ela foi de cadeira de rodas, conduzida pela minha irmã. E nesse crédito que ela tinha na Coop, por muito tempo, ela sempre comprou ali, não abria a mão de passar no mercado para comprar as coisas dela. E segundo ela, ela sabia onde estava cada coisa.

Mas o importante, a lição que ela nos deixa, viu, nobre Presidente Pery Cartola, Presidente que tem nos ajudado muito nesta Casa, a importante lição que ela deixou, principalmente, para o netos e para sua filha, para o genro, é que, quando foi fechar toda a situação, Pr. Zezinho, ela tinha quatrocentos reais de crédito, quatrocentos reais todo mês, que ela usava, e sempre deixava um pouquinho para o outro mês.

Quer dizer, todo mês ela usava e deixava um pouquinho para o outro mês, nunca usou tudo. Quando começo a observar, e vi na cidade, e eu moro na região do



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Grande Alvarenga, e vejo obras em todo canto, e você ouve as pessoas, a minha esposa até hoje ainda anda de transporte público, e ouvindo as pessoas e você pega na região do Alvarenga, lá de trás, do Orquídeas, dos Químicos, você gasta quase uma hora para chegar na área verde.

Quem tem algum, esses dias conversando com um pastor que tem dois cômodos para alugar ali, por R\$400, ele disse que quando as pessoas ligam perguntam quantas horas é para chegar no centro, aí ele fala o ponto de vista dele, a pessoa fala para deixar. Quer dizer, todo mundo vai sofrendo pela crise da mobilidade urbana.

Mas, usando o exemplo da minha avó, quando a gente vê aqui transportes e vias públicas, não tem o número da página aqui, mas é importante notar que tem obras, a cidade toda tem um buraco feito aqui e acolá, Corredor Leste-Oeste, Corredor 1, Corredor 2, e aquela coisa toda, que são importantes para a cidade, são necessários para a cidade, mas o que fico pensando é se não faltou, se fosse a minha avó ela falaria que faltou planejamento. É o que você ouve de um lado e de outro.

Obras são importantes? São importantes, são necessárias até, mas, além de tudo, o planejamento. Porque quando você coloca uma máquina, em alguns casos até de enfeite, só para dizer que tem três ou quatro funcionários trabalhando, e aquela coisa toda, não agora, mas que você via no passado, então o que faltou? Planejamento.

Você vê que a União, praticamente todos os recursos da União já foram depositados nessas obras, e agora o que vamos fazer? Será que ninguém conseguiu identificar os economistas falando, há três, quatro anos, que a crise estava chegando, se não mudar a crise vai pegar, a coisa vai ficar difícil.

Então, o que a gente observa é que faltou um pouco, não é o Vereador Eliezer Mendes que está dizendo, é só você andar na cidade. Você ouve, de fora a fora, o que está acontecendo, para tudo, cadê o corredor, cadê isso, cadê aquilo, ampliação das vias?

Então, o que me indaga é o seguinte, se a nossa gestão, principalmente da fonte 01, se o Secretário de Transportes puder falar, nós teremos condição de dar um alento à população, dizendo que daqui dois anos vai estar concluída, daqui três anos, daqui um ano. Pelo menos o Prefeito já nos disse que a Estrada dos Alvarengas este ano já está sendo concluída. Até o Prefeito Orlando Morando já disse. Mas tem o Corredor Leste-Oeste, que você passa e vê aquele absurdo.

Entrando na situação da saúde, já foi abordado pelo Vereador Ary de Oliveira, com relação ao Hospital de Clínicas, do Secretário Geraldo. Quando você passa ali, e a minha pergunta é quando nós vamos ver aquele hospital plenamente funcionando? Porque foi um hospital, eu não conheço de engenharia, não tenho ideia, mas foi uma mega estrutura. Quem tem oportunidade de passar por ali e ver, eu sempre tenho visitado os pacientes ali, você vê que foi uma mega estrutura.

Quer dizer, então tem de funcionar 100%. Pelo amor de Deus, quantos anos aquele hospital já tem? Tinha de ter um planejamento para já imediatamente ele estar funcionando 100%, porque ia atender à comunidade.

Ainda o Vereador Joilson falou com relação à saúde, as UPAs, os prontos-socorros fechados, mas essa gestão pegou com mais de 40 mil pessoas na fila de exames e consultas. Sabe o que é isso? Mais de 40 mil, 70 mil, obrigado nobre Vereador, como o Pery já falou, sempre atento, mais de 70 mil pessoas na fila de exames e consultas. Isso é um absurdo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Eu tenho de lembrar a minha querida vovó, Sra. Josefa Maria da Silva, ela fez, deu entrada para pedir uma consulta em novembro do ano passado, quando ela foi ver, seria em março deste ano, mas infelizmente ela já estava internada no Hospital Anchieta, e não teve condição de ir lá fazer a consulta. Se, de repente, a consulta tivesse saído antes, ela não estaria internada.

Então, quero desde já agradecer a oportunidade de estar aqui, quero agradecer a cada Secretário que sempre têm nos atendido, sempre têm nos respeitado, principalmente a um Vereador de primeira viagem, e estamos aprendendo. Quero agradecer ao Gavinelli, o Vereador Ary de Oliveira, e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, Vereador Eliezer Mendes.

Destacamos a presença do Vereador Samuel Alves, que acaba de chegar.

Mais algum Vereador deseja fazer algum questionamento? (Pausa) Não havendo, então podemos passar para as respostas.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Tem algumas questões da área de finanças, e já estou respondendo.

Com relação às duas questões que foram apresentadas pelo Vereador Joilson Santos Carvalho, a primeira é com relação a financiamento. A afirmação foi que somente 10% é recurso de contrapartida.

Na verdade, Vereador, o valor não é esse. Com relação à Caixa Econômica Federal nós obtivemos R\$900 milhões de financiamentos, que já, na verdade, já foram operações assinadas com a Caixa Econômica Federal. Desses R\$900 milhões de financiamentos, que são essas obras dos corredores, R\$700 milhões foram gastos pela Administração passada, ou seja, resta apenas R\$200 milhões para concluir todas essas obras. E da contrapartida que estava no contrato, na ordem de R\$547 milhões, só foram empregados R\$148 milhões, ou seja, restam R\$400 milhões de contrapartida para concluir as obras. Então, na verdade, foi usado 76% do valor de financiamento para essas obras.

Uma outra questão que a gente gostaria de registrar, apesar de não fazer parte do tema, que é a discussão da LDO, mas é a questão da situação herdada pela Administração atual da Administração passada. O Pedro Pinheiro está presente, na época ele era o Secretário de Finanças, em 2008, a Administração passada, quando ela assumiu o governo praticamente não tinha nenhum déficit financeiro. Ela tinha aproximadamente R\$1 milhão de restos a pagar, enquanto esta Administração assumiu um déficit financeiro da ordem de R\$200 milhões. Então, também na questão financeira não é a mesma situação que a Administração atual pegou do que a Administração passada pegou. Então, só para deixar registrado também.

Esses dois eram os itens que tinha em relação à Secretaria de Finanças, Presidente Ary. O próximo que tenho aqui poderia ser o Secretário de Saúde, Secretário Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Com a palavra o Dr. Geraldo Reple.

O SR. GERALDO REPLE SOBRINHO – Bom dia a todos. Primeiro agradecer o convite, uma honra estar aqui. Queria cumprimentar a Mesa, o Vereador Ary de Oliveira, nosso Secretário Gavinelli, e queria cumprimentar e fazer uma homenagem aqui, não sei se todos tiveram a oportunidade, queria cumprimentar o Vereador Jorge Araújo, por uma reportagem no Diário do Grande ABC muito boa, e eu



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

recomendo, falando do Bairro Batistini. Foi extremamente interessante, naquela coluna do Ademir Médici.

Cumprimentar meus colegas Secretários, em nome da Secretária Suzana, que estava ao meu lado, cumprimentar os funcionários da Prefeitura, os colaboradores e os nossos munícipes.

O Vereador Tião Mateus fez uma pergunta sobre o HU. O HU, as obras continuam normais. O HU é o hospital de urgência novo, e nós tivemos um probleminha. Nós tivemos de rever algumas coisas porque, não sei quem falou aqui, por causa de planejamento a área ali onde vai ser o HU todo mundo sabe que inunda, e nós tivemos de mudar a cota, subimos 15 centímetros a altura do hospital, porque corríamos o risco de um andar ficar subterrâneo e embaixo da água num dia de chuva e se eventualmente desse uma enchente.

Então, as obras continuam normais. Ontem nós estivemos no BID, junto com o Ministério do Planejamento também, o financiamento BID está garantido, as obras que têm financiamento estão garantidas. O HU será todo feito com dinheiro de financiamento do BID. Então, a previsão está mantida, nós agora vamos tenta ajustar só o calendário, porque nós tivemos de interromper um período, ela já tinha a ordem de serviço, paramos por três meses e esta semana nós retomamos a obra do HU.

Quanto ao PS, concordo com o Ary, na gestão anterior tinham os outros PS, e o que mudou foi uma roupagem nova, porque também não existia UPA lá atrás, e a UPA é uma coisa que surgiu há alguns anos, acho que sete anos atrás. São estruturas boas, rápidas, só que ela tem prazo de validade, infelizmente. Elas são estruturas metálicas, que se ela não tiver uma excelente manutenção, duram só cinco anos.

Foi feita uma pergunta pelo Vereador Joilson sobre as farmácias populares. Todos devem ter visto no jornal também, o Governo Federal parou o financiamento das farmácias populares, e outra, nós tínhamos quatro farmácias populares na cidade, e a farmácia do Riacho Grande atende 20 pessoas por dia, e ela gasta R\$100 mil por mês.

Então, nós temos quatro farmácias populares, e o Governo Federal fez uma coisa muito inteligente, eu acho que é, eles passavam R\$0,50 por munícipe para a compra de medicamentos, e agora vão passar R\$0,58. É muito mais dinheiro do que nós recebemos hoje pela farmácia popular nós vamos poder comprar melhor medicamentos, repor melhor os medicamentos nas nossas UBS, nas nossas UPAs.

Sim, não está previsto aí, nós vamos manter apenas uma farmácia popular, que é a do centro, que é a que tem melhor movimento. As outras três serão fechadas. Por quê? Todo medicamento que poderia ser retirado lá pode ser retirado nas farmácias, onde tem farmácia popular, e nas nossas unidades. Como não terá mais a contrapartida do Governo Federal fica sem sentido ter uma farmácia. As três farmácias que serão fechadas têm uma produtividade extremamente baixas. As Unidades Básicas de Saúde ficam até mais perto das casas das pessoas, fica mais fácil o acesso ao medicamento.

Alguém falou do HC também. Realmente eu concordo, e vou mais numa crítica, perdão, não queria entrar nessa coisa política, mas as UBS foram entregues, sim, só que todas com problema, todas com vazamento. Nós temos de refazer quase todas as obra, elas estão com muitas dificuldades. Vocês Vereadores que andam por aí sabem disso. É muro que cai, é enchente, goteira, uma série de coisas. Nós estamos revendo todas essas coisas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

E herdamos também uma dívida de quase R\$60 milhões na saúde, de restos a pagar. Foram todas pagas. Nós não questionamos, com todas as dificuldades negociamos e pagamos. Quem pôde estar presente esta semana, nós conseguimos uma redução de custos na saúde, neste quadrimestre, de R\$8 milhões só negociando contratos. Tivemos um aumento de atendimento na saúde nesse quadrimestre da ordem de 30%, então não houve prejuízo à assistência. Nós conseguimos melhorar a qualidade do atendimento e a quantidade do atendimento. E o HC também, recebemos ele com 40% da capacidade e se eu abrir um leito eu não consigo porque não tenho água quente. Então, nós conseguimos agora um contrato com Comgas, sem gastar um tostão, e nós vamos ter água quente para todos os andares.

O piso do hospital tem de ser todo refeito. Já foram gastos R\$8 milhões, e nós vamos ter de gastar mais R\$8 milhões para botar o hospital inteiro funcionando.

Médicos. Alguém perguntou dos médicos. O Prefeito fez uma promessa de 80 médicos. Em cinco meses nós já contratamos 84 médicos.

Acho que era isso, obrigado e bom dia.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Agora o Secretário de Transportes.

O SR. DELSON JOSÉ AMADOR – Bom dia a todos. Em nome do Vereador Ary de Oliveira meu bom dia também aos demais Vereadores presentes, minha saudação à Mesa, em nome do Secretário Gavinelli, que fez a explanação da Lei de Diretrizes, também saúdo a todos meus colegas Secretários.

Me parece que a questão básica, que foi a última colocada aqui, diz respeito ao conjunto grande de obras que nós encontramos em todo o município, principalmente obras fundamentais, que são os corredores. Sabidamente, reconhecidamente importantes, porém um conjunto grande, todas elas em diferentes fases de execução, e algumas paralisadas.

Creio que o Secretário Gavinelli, na sua apresentação, deixou clara a situação que levou aquilo que hoje a gente observa desde o começo do ano. Havia um conjunto grande de obras em andamento, e que requeriam contrapartidas importantes do Município, principalmente função, não só das obras propriamente ditas, mas de desapropriações que eram necessárias.

Um esforço grande foi feito, e está sendo feito até o presente momento, em equacionar essas contrapartidas. O Secretário inclusive destacou uma iniciativa que foi tomada, de buscar mais recursos de financiamento destinados a auxiliar o Tesouro do Município a superar a necessidade de recursos para essas contrapartidas.

Muito já foi dispendido e foi gasto dos financiamentos, mas há necessidade, isso é exigência desses contratos de financiamento, que o Município dê andamento a essas contrapartidas.

A preocupação maior, e essa eu creio não era apenas do Vereador que colocou a questão, mas acho que toda a sociedade de São Bernardo tem essa mesma preocupação, são canteiros e canteiros de obras espalhados em áreas e corredores importantes, causando naturalmente os transtornos que esses canteiros causam, e mais que isso, gerando expectativa de quando é que o serviço correspondente a cada uma dessas obras vai estar disponível para a população, porque em essência é isso que todos desejam.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Pois bem, de fato, essas obras que estão em andamento, particularmente a dos corredores, com exceção do Leste-Oeste, que é uma obra muito mais complexa, estão hoje, devido a um empenho que foi dado ao equacionamento dessas contrapartidas previstas para terminarem este ano, e este é o empenho que está sendo dado.

Particularmente o Corredor Alvarenga, que foi especificamente citado, pela importância que tem, e superadas uma série de dificuldades associadas à liberação de áreas, há um grande empenho de que ele, de fato, possa estar disponível até o final deste ano.

E o mesmo, e todos os senhores e senhoras podem ter convicção disso, ocorrerá com as demais obras, que também passam pelas mesmas dificuldades, mas o mesmo empenho está sendo feito. Mas, o mais importante, esse corredor, e aqueles que estão também em obras, há um empenho da Administração, do Prefeito Orlando Morando, e de todo este Secretariado, em colocá-los à disposição da população já a partir do ano que vem.

Muito obrigado a todos, acho que essa é a questão fundamental, e obrigado pelo convite. Um bom dia.

5ssc

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Professora Suzana, Secretária de Educação.

A SRA. SUZANA APARECIDA DECHECHI OLIVEIRA – Bom dia, cumprimento a Mesa, na figura do Vereador Ary de Oliveira, cumprimentando assim todos os Vereadores presentes. Secretário Gavinelli, em seu nome cumprimento todos os secretários presentes, todos os colaboradores, munícipes e funcionários da prefeitura.

Duas questões, Vereador Tião, foram levantadas. Vou começar pelas creches conveniadas. Hoje não temos mais convênio, a legislação mudou, temos termo de colaboração com essas creches, não são creches particulares, são entidades sem fins lucrativos. Só podemos ter termo de colaboração com essas creches. A partir desta nova legislação, que começou este ano, fazemos chamamento público.

Quanto às vagas em creches temos várias frentes. Vou começar pelas creches novas que recebemos este ano. Recebemos cinco creches: Walter Carmona; Manoel de Barros; Marcos José; Ariano Suassuna e Carolina Maria de Jesus. Recebemos essas creches este ano, algumas sem acabar, inclusive a Manoel de Abreu não tinha cabine primária, era um fio ligado direto à escola com as crianças ali dentro.

Com ajuda da SO e SU fizemos um trabalho, corremos muito para começar o ano. Começamos com um gerador, agora já temos a cabine primária. Foi um trabalho insano.

Essas cinco creches estão funcionando com 50% de sua capacidade, porque não tem equipamento, não tem mobiliário, não tem materiais e funcionários. Estamos correndo, comprando tudo isso, a compra é demorada, para começar o ano que vem com 100% da capacidade dessa creche. Essas creches já vão aumentar, já vão dobrar a capacidade.

Temos duas creches que não foram acabadas, porque a empresa ficou sem receber por cinco meses, que são as creches Nazaré e do Riacho Grande. Estamos



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

negociando essa dívida que ficou da administração passada para podermos dar andamento nas obras, e aí serão mais crianças a serem atendidas nas creches.

Estamos também fazendo um levantamento muito grande, vendo os espaços. Três escolas que fomos ver, assim, escolas grandes, boas, funcionando com três salas. Uma delas é Olegário, lá na Tiradentes. É uma escola com vinte e quatro classes, hoje, tem diretora, vice-diretor, coordenador pedagógico e tem um professor de ajuda a projetos, funcionando com três classes. O que vamos fazer? São vinte e quatro salas de aula vazias, vamos pôr alunos ali, vamos fazer o programa Educar Mais, que é um programa de ensino integral, mas integral para valer. Os alunos todos os dias 8 horas por dia na escola, todos os alunos da escola. E aí vamos aliviar outras escolas, para abrir mais vagas em creches.

Estamos procurando atender de todas as formas possíveis. Estivemos lá no Governo Federal – FNDE, temos financiamento de uma creche, já estamos com o projeto, lá no Bairro Montanhão. Recebemos recurso de R\$2,5 milhões. O recurso do governo federal é só para construção.

Estivemos na FDE, que é a Fundação para o Desenvolvimento da Educação do governo e do estado. Conseguimos também recurso para creches.

No governo federal temos contrapartida, o tanto que fica a creche, eles dão R\$2,5 milhões. O que for mais a gente paga.

No governo estadual conseguimos uma creche de graça, que também já vimos o terreno, vamos fazer o projeto. O projeto é deles, mas temos de preparar nosso projeto para conseguir recurso. Conseguimos uma creche com recurso 100% do governo federal. Essas creches já vêm com equipamento, mobiliário, pratinhas, só pôr aluno. Já estamos dando andamento. E mais duas creches, que também já conseguimos terreno, com uma contrapartida de 50%. Essa creche também é do governo estadual. Estamos correndo para conseguir pôr o maior número de crianças dentro da escola. É isso? (Pausa.) Obrigada, pessoal. (Palmas.)

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado, Suzana.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Secretária-Adjunta de Habitação, Frida.

A SRA. FRIDA WAIDERGON – Bom dia a todos. Estou em nome do meu secretário cumprimentando a Mesa, Vereador Ary de Oliveira, Vereador Pery Cartola.

Falo em nome do secretário com relação à pergunta do Vereador Tião Mateus. A perspectiva que temos é em torno de mil e quinhentas unidades habitacionais. Aquele valor que aparece é alto, mas não comporta apenas a questão das unidades. Os projetos têm toda uma parte viária, de infraestrutura urbana, equipamentos públicos que, porventura, não tenham no local e exista uma previsão de necessidade da demanda, além da recomposição ambiental. O projeto em si não temos um custo que vai ser exclusivamente da unidade habitacional, ele vai compor todo um projeto maior do que aquilo. Tem uma área receptora, onde vai ter a unidade habitacional. A previsão é até mil e quinhentas, em 2018, e o entorno dessa área receptora do empreendimento. Então, todo viário, infraestrutura, os equipamentos e a recomposição ambiental tanto da parte que está recebendo o empreendimento quanto da área onde foram removidas as famílias e realocadas numa unidade definitiva. Espero ter respondido sua questão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Obrigada a todos. Bom dia. (Palmas.)

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ GAVINELLI – Sobraram dois itens na verdade colocados pelo Vereador Tião Mateus. Um envolvendo a questão do IMASF, com relação à situação atual do IMASF e se existe alguma proposta pelo governo.

Houve uma audiência aqui segunda-feira passada, onde informei que na verdade o governo, o Prefeito Orlando Morando está se reunindo com o IMASF, com alguns secretários no sentido de buscar uma alternativa para equacionar o déficit do IMASF. O superintendente do IMASF está aqui presente, se necessário pode até confirmar isso, mas estamos sim em tratativas com o IMASF, buscando equacionar a questão do déficit.

Outra questão também colocada é com relação à Previdência. Também comentamos na última segunda-feira, pelo menos que conhecemos, e o “Marcos Aroca”, também superintendente do SBCPREV está presente. Não existe nenhum projeto, nenhuma discussão em São Bernardo com relação à reforma da Previdência.

Na verdade, está sendo discutido no governo federal, mas no que se relaciona ao Município de São Bernardo, até o momento não tem qualquer discussão com relação à reforma.

O que se sabe é que, havendo a reforma no governo federal, automaticamente, senão houver nenhuma legislação em São Bernardo, me parece que tem de ser aplicada a mesma regra do governo federal. Acho que eram essas as questões apresentadas. Ficamos à disposição.

Agradecemos a participação, agradeço aos secretários presentes que nos puderam auxiliar na condução desta audiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ary de Oliveira) – Obrigado, Gavinelli.

Feitos os esclarecimentos pelos secretários presentes, indago dos Srs. Vereadores e munícipes presentes se ainda persiste alguma dúvida e se quer mais algum esclarecimento. (Pausa.) Não havendo nenhum questionamento, relacionarei a lista dos representantes do Poder Executivo presentes na audiência. Mencionarei apenas os secretários e presidentes de autarquias, os demais funcionários representantes das respectivas secretarias sintam-se incorporados na lista: Julia Benício – Secretário de Governo; Geraldo Reple Sobrinho – Secretário de Saúde; Maurício Soares, nosso sempre Prefeito – Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania; Mario Cesar Orsolan – Secretário-Adjunto de Serviços Urbanos; Ademir Silvestre da Costa – Presidente da Empresa de Transportes Coletivos de São Bernardo do Campo; Suzana Aparecida Dechechi Oliveira – Secretária de Educação; Delson José Amador – Secretário de Transportes; Marcos Galante Vial – Diretor Superintendente do SBCPREV; Luiz Carlos Gonçalves da Silva – Superintendente do IMASF; Raquel Pascoal – Secretária de Habitação; Frida Waidergon – Secretária-Adjunta de Habitação; Carlos Alberto Garcia Romero – Secretário-Adjunto da SEDESC; Pedro Antonio Aguiar Pinheiro – Secretário de Administração; Luiz Pires de Paula – Diretor Superintendente do Rotativo São Bernardo; Carlos Alberto dos Santos – Secretário de Segurança Urbana; Adhemar Moura Flores – Secretário-



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Adjunto de Administração; Luciano Eber Nunes Pereira – Secretário de Planejamento Urbano e Obras; José Roberto Gil Fonseca – Secretário-Adjunto de Assuntos Jurídicos; Mario Henrique de Abreu – Secretário de Gestão Ambiental, Vereador licenciado desta Casa; Neusa Maria Sacchi – Secretária-Adjunta de Finanças; Alex Mognon – Secretário de Esporte e Lazer, também Vereador licenciado desta Casa; Hiroyuki Minami – Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Turismo, também Vereador licenciado desta Casa e um dos meus colegas mais antigos aqui da Câmara; Luiz Mauro Gomes – Procurador Geral do Município; Humberto Rodrigues da Silva – Diretor-Presidente da Agência Reguladora de São Bernardo do Campo e Thaís Santiago – Secretária de Comunicação.

Atendidos todos os requisitos necessários para a realização da presente audiência e tendo sido prestados todos os esclarecimentos solicitados, esta Presidência declara encerrados os trabalhos e agradece a presença das autoridades, bem como da população, dos representantes das entidades e especialmente dos técnicos do Executivo Municipal da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, pela exposição e pelos esclarecimentos.

Muito obrigado a todos.

-o0o-

- Encerra-se a audiência pública às 10h50.

-o0o-

NOTA DA TAQUIGRAFIA – Os discursos acima transcritos não foram revistos pelos respectivos oradores.